



**CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)
CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)
Ata da 8ª reunião conjunta, realizada em 22 de agosto de 2011**

1 Em 22 de agosto de 2011, reuniram-se conjuntamente a Câmara Técnica de Instrumentos
2 de Gestão (CTIG) e a Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Conselho
3 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio
4 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram
5 os seguintes membros titulares e suplentes. Membros da CTIG: o presidente Thiago
6 Garcia e Amarildo José Brumano Kalil – representantes do poder público estadual;
7 Valéria de Fátima Malta – representante do poder público municipal; Valdir Dias
8 Magalhães – representantes dos usuários de recursos hídricos. Membros da CTIL: a
9 presidente Paula Meireles Aguiar / Evilânia Alfenas Moreira, Rander Abrão Tostes,
10 Rúbia Santos Barbosa e Carlos Alberto Santos Oliveira – representantes dos usuários de
11 recursos hídricos; Amarildo José Brumano Kalil – representante do poder público
12 estadual; Valéria de Fátima Malta – representante do poder público municipal; Carlos
13 Bernardo Mascarenhas e Rogério de Oliveira Sepulveda – representantes de entidades da
14 sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. Assuntos em pauta. **1) ABERTURA**. O
15 presidente Thiago Garcia declarou aberta a reunião conjunta da Câmara Técnica de
16 Instrumentos de Gestão (CTIG) e Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL). **2)**
17 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**. Não houve manifestações. **3) ATA DA**
18 **REUNIÃO ANTERIOR**. Aprovada por unanimidade a ata da reunião conjunta da
19 Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) e Câmara Técnica Institucional e
20 Legal (CTIL) realizada em 16 de maio de 2011. **4) DELIBERAÇÃO NORMATIVA**
21 **Nº 01, de 3 de agosto de 2011, que dispõe sobre mecanismos e valores de cobrança**
22 **pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio**
23 **Manhuaçu. Apresentação: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu.**
24 Deliberação normativa aprovada por unanimidade pela Câmara Técnica de Instrumentos
25 de Gestão e Câmara Técnica Institucional e Legal, nos termos apresentados. **5)**
26 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 08, de 13 de maio de 2011, que dispõe sobre**
27 **mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia**
28 **hidrográfica do rio Santo Antônio. Apresentação: Comitê da Bacia Hidrográfica do**
29 **rio Santo Antônio.** Deliberação normativa aprovada por unanimidade pela Câmara
30 Técnica de Instrumentos de Gestão e Câmara Técnica Institucional e Legal, nos termos
31 apresentados. **6) ASSUNTOS GERAIS. Sugestões, recomendações e contribuições**
32 **dos conselheiros sobre as deliberações normativas aprovadas nesta sessão.**
33 **Conselheiro Carlos Bernardo Mascarenhas**: “Essa questão de considerar a bacia maior
34 como sendo o corpo d’água como um todo é discutível. O exemplo que a gente tem de
35 transposição para abastecimento, que é o rio das Velhas, prejudica as duas bacias. Então
36 a gente tira do Paraopeba uma água boa e aumenta a concentração; e o esgoto a gente

37 joga no rio das Velhas, também piorando a qualidade da água, visivelmente, com
38 resultados já muito claros. Então eu acho que, em algum momento, o Estado em si pode
39 começar a pensar nas sub-bacias desses comitês. Senão fica tudo permitido, nunca vai
40 haver diferença.” **Conselheiro Amarildo José Brumano Kalil**: “Se começarmos a fazer
41 diferenças entre bacia também – porque a água é o fator de desenvolvimento do setor
42 agropecuário –, vai começar a diminuir a competitividade da agricultura naquela bacia.
43 Se o café hoje não é irrigado, já está criando uma limitação para que ele possa vir a ser,
44 quer dizer, um custo adicional. Acho que tem de pensar mais amplamente nessa questão
45 Se começar a definir aqui uma bacia de um jeito e outra bacia de outro, começa a
46 direcionar até investimento. Na bacia do Manhuaçu, se o fator água lá é um fator
47 importante para o desenvolvimento agropecuário, se não usa irrigação hoje, poderá vir a
48 usar no futuro. Inclusive, a cafeicultura nessas regiões da Zona da Mata e do Sul de
49 Minas, para se manter competitiva, provavelmente, vai ter que entrar para a irrigação,
50 porque as outras regiões estão fazendo isso. Então, se começa a criar restrição agora para
51 que eles possam usar essa água, vai começar a tirar competitividade. E o café na região
52 da bacia do Manhuaçu é a alavanca econômica daquela região. Tudo bem que 20 vezes,
53 40 vezes, por enquanto, não fazem diferença, porque não estão usando, mas tem que
54 pensar no futuro. Nós estamos traçando coisas para 20, 30 anos, então, tem que estar
55 pensando muito seriamente nisso, para não começar a criar distorções nesses critérios
56 entre bacias. Ou todos são 40 ou todos são 20, se não tiver um argumento muito bem
57 colocado. Há de buscar uma metodologia, mesmo que não seja só econômica, que busque
58 todos os outros fatores, mas há que se buscar talvez, nesses estudos, também a melhor
59 composição desse preço.” **Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira**: “Essa história
60 dos 40% começou no comitê do São Francisco. Na realidade, quando se contempla o
61 setor de uso agropecuário com 40 vezes menos, alguém pode perfeitamente perguntar:
62 ‘Por causa de quê?’. O setor agropecuário, a terra em si, ela entra na formação da água, o
63 ciclo hidrológico acontece na propriedade rural. Por essas razões, além de outras de
64 ordem econômica, é que se reconhece a agricultura como um setor que participa da
65 formação das águas. É diferente da indústria, é diferente da mineração. E os 40% não
66 significam tanto pelo valor que vai ser pago, significa mais pelo reconhecimento da
67 sociedade. O setor agropecuário, que está sendo visto, ao longo dos últimos dez anos,
68 como degradador do meio ambiente, pela primeira vez, foi reconhecido que tem uma
69 participação diferenciada na questão ambiental, especialmente, na formação das águas.
70 Eu vejo, no Comitê do Rio Manhuaçu, uma rebeldia desnecessária: A bacia São Francisco
71 adotou 40 vezes menos.” **Conselheiro Rogério de Oliveira Sepulveda**: “O objetivo aqui
72 vai além da agricultura e tem repercussões na agricultura e na pecuária também. Então o
73 estabelecimento disso visa ao uso racional, em linha geral. Pensando dessa maneira, pode
74 repercutir, pode ser que o preço numa bacia, visando ao uso racional, induza que você vá
75 produzir determinadas culturas onde tem mais água, combinado com solo apropriado. Eu
76 acho que essa discussão é interessante e acho que não tem uma rebeldia. Acho que 40%
77 ou 20% ainda é muito pouco. Não vai impactar nenhum pequeno produtor. Eu acho que a
78 discussão tem que ser melhorada. A agricultura conseguiu um desconto no Velhas, de
79 1/40, e, na hora de discutir o 0,5% do Velhas para a mineração, a agricultura em peso e a

80 pecuária se abstiveram de voltar; e desequilibraram a votação. Eu acho que não
81 colaboraram. No caso da agricultura, eu não sou contra o desconto, falou-se que o
82 pequeno agricultor já está isento e, na nossa deliberação, está a previsão de discutir os
83 valores em função das classes de consumo e da tecnologia. Acho que 1/20 ainda é pouco,
84 mas acho que o mais importante é avançar em diferenciar os tipos levando em conta a
85 aptidão da bacia e tudo o mais.” **Presidente Thiago Garcia**: “Eu fico incomodado, às
86 vezes, com as questões que afetam o setor que ao qual eu estou mais ligado, que seria o
87 uso da energia através de PCHs, esse tipo de coisa, e de me questionar: ‘Se não tem
88 conflito, por que está sendo cobrado? É o princípio básico da formação do preço, oferta e
89 demanda.’ Mas temos que ter em mente que o que motiva a cobrança pelo uso dos
90 recursos hídricos não é escassez e, sim, o valor da existência, talvez o valor daquela
91 disponibilidade mesmo. E é esse o princípio da legislação, inclusive a federal, que é o uso
92 racional de um bem público.” **Conselheiro Rander Abrão Tostes**: “Eu acredito que, não
93 só no critério das hidrelétricas, mais de outros, vamos precisar estudar mais e melhorar.
94 Porque hoje eu vejo que está muito homogênea a cobrança. Da mesma forma que eu
95 acredito que o grande usuário tem que pagar. Uma indústria grande tem que pagar muito.
96 Uma indústria pequena, para mim, não deveria pagar. O grande agricultor, para mim, tem
97 que pagar, mas o pequeno, para mim, não teria que pagar. A grande empresa de
98 saneamento, para mim, teria que pagar, mas uma pequena, para mim, não teria que pagar.
99 Hoje tem cidades na região em que o custo da água é subsidiado, ninguém paga. E a
100 cobrança vai chegar para a prefeitura. Eu vejo isso como um dos problemas. Vai chegar
101 um boleto para a prefeitura e a discussão não se aprofundou ao ponto de chegar ao
102 gabinete do prefeito e falar que ‘no ano que vem vai chegar essa fatura, de três em três
103 meses ou de quatro em quatro meses’. Isso vai ser um problema lá na frente, mas hoje eu
104 vejo que está muito homogeneizada essa questão da cobrança. O Doce trouxe uma
105 inovação, essa discussão mais integrada, e melhorou em relação às outras que já existiam,
106 e melhorou. Mas acho que precisamos discutir muito ainda para que a gente saia de uma
107 coisa arcaica para próximo da perfeição. Acho que a gente leva algum tempo. Então esse
108 critério veio de uma lei federal em que já existe a cobrança das centrais elétricas, esse
109 0,75 está junto com a cobrança dos 6%. E só será implementado quando tiver uma
110 resolução do governo federal, porque hoje, de fato, as PCHs não pagam porque, na
111 época, elas gozavam de isenção e isso está sendo mantido.” **Conselheiro Rogério de**
112 **Oliveira Sepulveda**: “Eu já tive uma conversa com a Luiza e o Sérgio sobre a
113 importância de a gente ter um momento futuro próximo de reunir e discutir a cobrança
114 em Minas Gerais, tudo que já aconteceu, as experiências, os problemas, a questão do
115 pagamento, quem está pagando e quem não está. Isso vai ajudar a toda uma nova
116 discussão que tiver. Fica como uma sugestão de se fazer. É preciso estabelecer e acho
117 que deveria partir disso.” **Conselheira Evilânia Alfnas Moreira**: “Eu queria registrar
118 uma questão que a gente observou, neste caso específico, da diferença de cobrança, de
119 custos, entre a água superficial e a água subterrânea. A gente sabe que realmente a água
120 subterrânea tem um processo todo diferenciado da água superficial e entende que foi
121 desenvolvido todo um trabalho e tem toda uma discussão para o estabelecimento desses
122 valores. Mas só colocar a necessidade de uma justificativa técnica, de elaborar uma

123 justificativa para isso, e, se for o caso, rever esses valores. Porque tem diferenças,
124 inclusive, de comitês para comitês. Em alguns comitês, a água subterrânea é tratada como
125 água de classe 2, por não ter enquadramento ainda estabelecido. Em outras deliberações,
126 ela foi considerada no mesmo valor que a classe especial, de água superficial. E, neste
127 caso específico, sendo cobrado um valor ainda acima da classe especial. Então é só
128 colocar essa questão dessa necessidade de haver uma justificativa técnica para colocar
129 esses valores.” **Presidente Paula Meireles Aguiar**: “Eu queria também que deixasse
130 registrado em ata o que foi colocado pela nossa colega da Copasa com relação à
131 diferenciação da água subterrânea. Nós também entendemos que esse é um bem que tem
132 que ser melhor estudado, nós temos poucas informações sobre ele. Justamente em função
133 dessa ausência de informações é que a gente acha que, a princípio, deveria ser
134 estabelecido um único valor e depois, com mais estudos, bacia por bacia, que isso fosse
135 diferenciado. Neste caso, por exemplo, a gente considera que a água subterrânea do rio
136 Santo Antônio é a mesma do Piracicaba, mas os valores são diferentes. Mas,
137 considerando que é uma Câmara Técnica, justamente para não atrasar, a gente queria que
138 isso fosse registrado em ata: informar que, no dia da reunião do Conselho Estadual de
139 Recursos Hídricos, essa questão da água subterrânea vai ser melhor discutida lá, e lá nós
140 faremos uma proposta. Com relação a questão da diferenciação da agricultura, a gente
141 também queria deixar registrado aqui. Da mesma, a princípio, a gente entende que
142 poderia ser estabelecido um preço único e depois fazer estudos, aprofundar estudos, bacia
143 por bacia, e poderia ser tomado um outro valor. Todavia, a gente entende que essa
144 decisão da agricultura é política. Justamente por ser política, eu, como presidente da
145 Câmara Técnica Institucional e Legal, não me vejo apta a questionar isso, mas apenas a
146 questão da legalidade. Mas eu informo que, no CERH, que é um fórum político, nós
147 vamos fazer uma contraproposta com relação a esse ponto. A gente entende que o
148 processo é assim mesmo, tem que ser discutido e dar um passo à frente. Na reunião do
149 CERH, a gente vai colocar: para água subterrânea, a gente entende que há necessidade de
150 uma justificativa técnica e, para a agricultura, não. Mas a gente entende que, neste
151 primeiro momento, deveria ser igual.” **Conselheiro Rogério de Oliveira Sepulveda**:
152 “Eu quero que registre também que eu acho que os comitês têm autonomia para decidir
153 diferentemente, isso é da competência deles. Então, quero que fique registrado, para não
154 parecer que tem que ser obrigatório. Eu acho que é legítimo questionar. Então, existe a
155 cobrança a ser aprovada pelo Conselho. Em decisões de comitê, cabem recurso ao
156 Conselho, mas isso não tira do comitê, de cada um dos 36 comitês de Minas Gerais, o seu
157 papel, a sua autonomia para decidir. É lógico que ninguém vai fazer aberração nenhuma.”
158 **Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira**: “Só para fazer das palavras da Paula no
159 que diz respeito à agricultura: a Faemg também acompanha.” **Presidente Thiago**
160 **Garcia**: “Eu gostaria de fazer reforço nessas ressalvas que foram colocadas. Mais do que
161 uma câmara aprovativa, nós somos uma câmara que debruça sobre os assuntos e temos
162 representantes de vários setores que são importantes para o desenvolvimento do Estado e
163 são importantes para a composição da coisa pública. Então, neste sentido, que fiquem
164 muito claras essas posições, porque são legítimas e defendem setores que, efetivamente,
165 são importantes para o Estado. Reforço essas ressalvas, realmente são questões políticas.

166 A gente sabe que, tecnicamente, ambas são viáveis, mas realmente é um aprendizado que
167 está sendo feito no caminhar do processo.” **Conselheiro Rogério de Oliveira**
168 **Sepulveda**: “Eu fiz a sugestão para que o IGAM coordenasse alguns momentos, no
169 futuro, sobre a cobrança. Achamos que deveríamos discutir melhor isso, acho que seria
170 interessante, em alguns momentos. Eu hoje pedi que fosse um pouco mais didática a
171 apresentação, porque, muitas vezes, vão falar aí fora que o Conselho aprovou coisa
172 absurda, que a CTIL não está fazendo o seu papel. Então, com isso aqui, nós
173 participamos e foi interessante neste sentido. Então isso mostra a necessidade de
174 aprofundarmos alguns temas entre conselheiros, entre Conselho, entre o órgão gestor,
175 entre representante de comitê. Eu também participo do Fórum Mineiro de Comitês e lá
176 iniciamos a discussão – tem tanta coisa acontecendo –, a pedido de um representante do
177 Doce, o Estevão, que falou que gostaria de falar o que estava acontecendo na bacia do
178 Doce como um todo. Mas também tem outros presidentes de comitê e é importante estar
179 trazendo isso. Outra coisa, eu acho que a gente não lembrou disso nos informes, também
180 diz respeito ao edital do Fhidro. Foi aprovado no Conselho, em uma reunião
181 extraordinária, e, pela primeira vez, tem recursos alocados para as 36 unidades de
182 planejamento. O previsto era R\$ 1 milhão para cada bacia e, se não houvesse uma
183 intervenção, eles tiravam isso dos comitês. Eu chamei os representantes dos comitês e
184 acabou que fiquei sozinho aqui. Mas manteve um valor fixo para cada um deles. E isso
185 pode repercutir também nos estudos sobre cobrança, que tem previsão de aprimorar. Tem
186 comitê que não tem dinheiro ainda, mas já tem essa possibilidade, via Fhidro, de estar
187 fazendo. Eu acho que foi um grande ganho, e aí vamos ver o resultado depois. Então,
188 esses seminários, esses encontros sobre cobrança. Acho que tem que ter uma discussão.”
189 **Conselheiro Rander Abrão Tostes**: “Eu acho que é muito oportuna essa sugestão do
190 Rogério, porque a gente acabou de aprovar agora a cobrança numa bacia muito
191 importante, que é a bacia do Doce. Ela não é a melhor, não é perfeita, mas é a mais
192 adequada que se efetivou no momento. E a gente não deve esquecer que está começando
193 agora o mesmo processo no Grande, para que a gente não perca este momento e que o
194 Doce sirva de aprendizado, para que a gente possa levar para o Grande algumas coisas
195 que poderiam ter sido melhores. Essa é uma sugestão ao IGAM para a gente tentar
196 promover alguma coisa para aproximar mais os comitês das discussões mais atuais que
197 estão começando agora com os mecanismos da política de recursos hídricos.” **Presidente**
198 **Paula Meireles Aguiar**: “A gente concorda com o que o Rogério falou que cada comitê
199 tem que ter a sua gestão mesmo. A ideia é essa, gestão descentralizada e compartilhada
200 entre os atores. É isso que estamos falando, para que tenha diferenciação em cada bacia,
201 são fundamentais esses estudos. Então esse dinheiro do Fhidro talvez possa, sim, ajudar
202 nisso. A gente acha, sim, que tem autonomia, não é à toa que nós aqui não questionamos
203 uma decisão política; vai para o CERH. Concordamos plenamente. A gente só acha que
204 tem que ter mais estudos para que possa fazer essa diferenciação melhor. Mas a gente
205 está de pleno acordo com o que o Rogério colocou.”

206
207

208 **Luiza de Marillac Moreira Camargos, Diretora de Gestão das Águas e Apoio aos**
209 **Comitês, do IGAM:** “O posicionamento do IGAM é de que é prerrogativa dos CBHs
210 estabelecerem os mecanismos/valores para a cobrança, conforme a legislação, e é salutar
211 ter algumas diferenciações. É importante ressaltar que trata-se de um processo inicial e a
212 futura Agência ficará encarregada de promover os aperfeiçoamentos necessários na
213 metodologia. Aproveito para responder o Rogério dizendo que está na pauta do IGAM
214 realizar um Seminário/Oficina para discutirmos nossas experiências e novos desafios, no
215 entanto ainda não conseguimos viabilizar em função de nossa capacidade operacional. É
216 importante esclarecer também sobre o processo de gestão na bacia do rio Grande,
217 conforme mencionado pelo Rander, pois nesta bacia ainda estamos fazendo um primeiro
218 esforço para a instalação do CBH-Grande”. **Conselheiro Rogério de Oliveira**
219 **Sepulveda:** “Eu acho que você fez um comentário de que ‘onde não havia conflito, para
220 quê cobrança?’. Não sei se você citou algum caso específico, mas deixa no geral mesmo.
221 Eu posso citar assim: hoje, nós já temos conflito em toda Minas Gerais. Por exemplo,
222 conflito pelo uso. Um dos usos previstos na lei mineira é a manutenção dos ecossistemas.
223 Tem lugar em que a poluição é tão alta, o uso dos recursos hídricos para receber
224 efluentes, que a manutenção dos ecossistemas está em conflito com o uso pelo homem,
225 em linha geral. Na região metropolitana, nós tivemos escassez de água já, tanto que foi
226 citado aqui. O Carlos citou que a população do Velhas, na região metropolitana, é
227 abastecida, em parte, pelas águas do Paraopeba. Então isso gera conflitos aqui. Teremos,
228 futuramente, até conflito de preços, com disponibilização de água. Então aí que está a
229 discussão da idéia da cobrança como instrumento de racionalização. Acho que isso deve
230 ser um dos objetos da discussão depois. Se vai racionalizar, a cobrança deveria ser na
231 medida para recuperar. Então, o poluidor-pagador, vamos dizer assim. Mas aí a Copasa
232 tem planos de investimento. Então o investimento da Copasa entra aonde? Ela cobra da
233 população, como também está transferindo a cobrança do Velhas para a população.
234 Então, o plano de investimento dela seria parecido com a cobrança de recursos hídricos?
235 É uma discussão para reflexão. Outra coisa: aquele 0,5% que está na lei, as empresas de
236 saneamento têm que aplicar nos mananciais. Eu acho que esse 0,5% deveria ser
237 transferido para o Sistema de Recursos Hídricos. Eu não vi a Copasa fazendo trabalho lá
238 em Itabira, mas lá é manancial dela, Bela Fama. Então, tem algumas coisas e eu acho
239 que, no futuro, nós vamos fazer algumas propostas.” **Presidente Thiago Garcia:** “Na
240 verdade, na minha colocação, talvez conflito não seja a palavra certa. É conflito quando
241 você tem demandas conflitantes. Mas é o que você falou, expandindo o entendimento de
242 usuário. Não entenda que sou contra a cobrança, só acho que coisas que fundamentam a
243 cobrança são diferentes de coisas que fundamentam preços, por mais que você tenha um
244 fundamento econômico na alocação de recursos.” **ENCERRAMENTO.** Não havendo
245 outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Garcia declarou encerrada a sessão,
246 da qual foi lavrada esta ata.

247
248
249
250

APROVAÇÃO DA ATA

251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293

Thiago Garcia
Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão

Amarildo José Brumano Kalil

Valéria de Fátima Malta

Valdir Dias Magalhães

Paula Meireles Aguiar
Presidente da Câmara Técnica Institucional e Legal

Evilânia Alfenas Moreira

Rander Abrão Tostes

Rúbia Santos Barbosa

Carlos Alberto Santos Oliveira

Amarildo José Brumano Kalil

Valéria de Fátima Malta

Carlos Bernardo Mascarenhas

Rogério de Oliveira Sepulveda